

Processo: 48500.003399/2021-17

CONTRATO N° 024/2021-ANEEL

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL E A ALFA E ÔMEGA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E EVENTOS LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS

A **AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL**, com sede na cidade de Brasília – DF, SGAN 603, Bloco “J”, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.270.669/0001-29, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Superintendente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios, **UBIRATÃ BARTOLOMEU PICKRODT SOARES**, portador da Carteira de Identidade n. 286.128 MD/DF, e inscrito no CPF n. 866.326.128-49, nomeado pela Portaria n. 2.210, de 24 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 02 de maio de 2012, de acordo com delegação de competência que lhe foi atribuída no art. 1º da Portaria n. 4.814, de 21 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, em 22 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, em 22 de dezembro de 2017, e de outro lado, **ALFA E ÔMEGA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E EVENTOS LTDA**, doravante denominada **CONTRATADO**, inscrita no CNPJ/MF nº 16.650.774/0001-06, estabelecida na SAUS Quadra 04, Bloco A, nº 30, Sala 140, Edifício Victória Office Tower, Brasília-DF, CEP 70.070-938, representada por **ERICKA ROCHA FERREIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 02317558418 DETRAN-DF, e inscrito no CPF nº 789.179.211-91, e em observância ao disposto nas Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 10.520 de 17 de julho de 2002, nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, aos Decretos nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, nº 7.746, de 5 de junho de 2012, nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, nº 9.488, de 30 de agosto de 2018, nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, às Instruções Normativas SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020, SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 e SEGES/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020, e, subsidiariamente à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, com as respectivas alterações posteriores, e demais normas que regem a espécie, resolvem celebrar o presente Contrato, pelas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

Processo: 48500.003399/2021-17

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços de condução de veículos, contemplando postos de serviços de motoristas executivos, motoristas de veículos leves e supervisor, por 12 meses, prorrogáveis por até 60 meses, para atender a demanda de transporte da ANEEL no Distrito Federal e entorno, conforme especificações do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 14/2021 e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- 2.1 A execução do objeto deve obedecer ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo nº 48500.003399/2021-17.
- 2.1.1 Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2021 e seus Anexos;
 - 2.1.2 Ata da Sessão Pública do PREGÃO ELETRÔNICO nº 14/2021;
 - 2.1.3 Propostas e documentos firmados pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1 O objeto será fornecido sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1 O período de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados do dia 18/11/2021, até 18/11/2022, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.
- 4.2 As prorrogações da vigência deste Contrato somente serão efetivadas desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

2/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada



Processo: 48500.003399/2021-17

- 4.2.1 Exista autorização formal da autoridade competente;
- 4.2.2 O processo administrativo seja instruído com documento que discorra sobre a execução do contrato, demonstre formalmente que os serviços têm natureza continuada e foram prestados regularmente pelo CONTRATADO, e apresente as justificativas e motivos da ANEEL para a manutenção do serviço;
- 4.2.3 Seja assegurado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 4.2.4 Exista manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 4.2.5 Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.
- 4.2.6 No caso de eventual prorrogação do contrato após o término do primeiro ano de sua vigência, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação, conforme determina o art. 1.2 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1 As despesas decorrentes da execução deste Contrato neste exercício financeiro correrão por conta do orçamento específico da:

Agência Nacional de Energia Elétrica

Programa de Trabalho: 173454 – Administração da Unidade

Natureza da Despesa: 33.90.37 – Locação da Mão-de-Obra

Fonte de Recurso: 0174 – Taxa pelo Exercício de Poder de Polícia

Empenho de Despesa: nº 2021NE386, de 9/11/2021

- 5.2 No exercício seguinte, subordinado à disponibilidade orçamentária, as despesas autorizadas para este Contrato, correrão à conta de créditos e empenhos específicos que serão indicados por meio de Termo de Apostilamento e/ou Termo Aditivo.

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 6.1 Manter-se durante a vigência do contrato, habilitado e apto a cumprir todas as obrigações pactuadas.
- 6.2 Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto contratado, garantindo a qualidade da prestação e sua aderência às condições pactuadas e à legislação vigente.
- 6.3 Responsabilizar-se integralmente por todos os encargos e custos necessários à perfeita execução do objeto contratado, conforme as normas vigentes, sendo que a Administração não poderá ser responsabilizada por eventuais descumprimentos de encargos assumidos pelo CONTRATADO.
- 6.4 Responsabilizar-se por quaisquer demandas trabalhistas, penais e civis, movidas por seus empregados ou terceiros contra a CONTRATANTE, relacionadas à execução do presente contrato.
- 6.5 Responsabilizar-se pelo cumprimento da legislação específica, em caso de acidente do trabalho ocorrido nas dependências da CONTRATANTE, com qualquer de seus empregados, vinculados à execução do objeto contratado.
- 6.6 Responsabilizar-se pela adequada utilização e restituição, nas mesmas condições que lhe foram entregues, de todas as dependências, materiais, instalações, equipamentos, ferramentas e utensílios, disponibilizados pela CONTRATANTE.
- 6.7 Responsabilizar-se, sem prejuízo da execução contratual, pela reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às suas expensas, dos danos (inclusive bens extraviados) causados por seus empregados, comprovadamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais.
- 6.8 Dar ciência sobre quaisquer operações societárias que resultem em fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, bem como de alteração de seu objeto social, por escrito, à CONTRATANTE, para avaliação e anuência expressa desta quanto à continuidade da relação contratual, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica que eventualmente sucedê-la todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação, e, mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;
- 6.9 Não ceder direitos ou subcontratar o objeto do contrato.
- 6.10 Não vincular o pagamento de salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento de faturas emitidas em nome da ANEEL.

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme minuta aprovada
VISTO	

Processo: 48500.003399/2021-17

- 6.11 Cumprir, por si e por seus empregados e prepostos, todas as disposições normativas aplicáveis, especialmente relacionadas:
- 6.11.1 Ao objeto do contrato;
 - 6.11.2 Às normas de órgãos públicos responsáveis pela emissão de autorizações, alvarás e permissões, conselhos profissionais e de classe, órgãos oficiais de controle de qualidade e metrologia ou órgãos emissores de normas técnicas;
 - 6.11.3 À segurança, sigilo e veiculação de informações;
 - 6.11.4 Ao Código de Ética da ANEEL;
 - 6.11.5 A demais diretrizes e normas organizacionais da ANEEL.
- 6.12 Atender orientações da CONTRATANTE, inerentes à execução do objeto contratual, nas condições pactuadas;
- 6.13 Comunicar à ANEEL, por escrito, com a urgência adequada ao evento que o ensejar, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas que possam prejudicar a execução, ou comprometer a integridade de pessoas e do patrimônio público;
- 6.14 Não veicular publicidade ou divulgar qualquer outra informação acerca desta contratação, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 6.15 Realizar a transição contratual, observados os termos estabelecidos no edital e seus anexos, repassando à ANEEL a tecnologia, técnicas e metodologias de trabalho utilizadas, sem perda de informação, e de continuidade dos trabalhos, podendo, inclusive, ser exigida pela CONTRATANTE a capacitação de seus técnicos ou de técnicos da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 6.16 Instalar e manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade onde se dará a prestação dos serviços, a fim de atender a todas as demandas operacionais e administrativas decorrentes do contrato firmado;
- 6.17 Indicar e manter preposto apto a representá-lo junto à CONTRATANTE durante a execução contratual, de fácil acesso ao GESTOR DO CONTRATO, para tomada de providências visando a solução de problemas em tempo hábil, e, quando cabível, participar de reuniões, receber orientações e diligências, encaminhar, responder e decidir questões relacionadas às disposições contratuais, de modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços;
- 6.17.1 Não é necessária a permanência do preposto indicado pela Contratada em tempo integral no local de prestação dos serviços;

5/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada



Processo: 48500.003399/2021-17

- 6.17.2 A função de preposto não poderá ser desempenhada por um trabalhador terceirizado vinculado à prestação dos serviços.
- 6.18 Submeter-se à fiscalização, sobretudo permitindo o acesso da CONTRATANTE a elementos de informação:
- 6.18.1 Responder a questionamentos e apresentar documentos, no prazo determinado pela CONTRATANTE, quando acionada por meio de correspondência oficial, sob a pena da aplicação de sanções cabíveis.
- 6.18.2 Considerar prazo para resposta de 5 dias úteis, caso este não tenha sido estabelecido na correspondência recebida.
- 6.18.3 Realinhar a prestação do serviço conforme orientação.
- 6.19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 6.20 Selecionar, treinar e apresentar equipe de trabalho adequadamente qualificada, capacitada e dimensionada para desempenhar satisfatoriamente as atividades contratadas, e de acordo com o previsto no Termo de Referência.
- 6.21 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 6.22 Providenciar a retirada imediata, quando exigido pela CONTRATANTE, de empregado que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a fiscalização, ou cuja idoneidade, capacidade, atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes, insatisfatórios ou inadequados à prestação dos serviços, bem como sua substituição no prazo de até 24 horas.
- 6.23 Providenciar a substituição imediata do profissional alocado no posto de serviço quando das ocorrências de ausência temporária (faltas, férias ou afastamentos legais de qualquer natureza).
- 6.23.1 As faltas ao serviço, a serem apontadas pelo Fiscal do contrato, desde que a CONTRATADA não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo de demais sanções aplicáveis.
- 6.24 Somente substituir profissional indicado para a prestação do serviço por outro com experiência e qualificação equivalente ou superior à exigida na contratação, e mediante a aprovação da ANEEL;

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada



Processo: 48500.003399/2021-17

- 6.25 Atender à demanda extraordinária do contratante, conforme os termos do termo de referência e/ou contrato e respeitada a legislação trabalhista;
- 6.26 Fornecer, sem nenhum ônus para seu funcionário, e fiscalizar sua utilização:
- 6.26.1 Crachá de identificação como empregado do Contratado, nome completo, foto, cargo e identificação da empresa;
 - 6.26.2 Uniforme de primeiro uso e completo, no padrão fixado no Termo de Referência.
- 6.27 Orientar seus empregados a não utilizar dependências, materiais, instalações, equipamentos, ferramentas e utensílios da CONTRATANTE para uso particular.
- 6.27.1 Ressarcir à CONTRATANTE o custo de ligações interurbanas ou para celulares efetuadas em interesse de particular ou do CONTRATADO).
- 6.28 Observar os critérios, práticas e diretrizes sustentáveis estabelecidas no Termo de Referência.
- 6.29 Manter a garantia técnica e/ou financeira nas condições pactuadas, visando o cumprimento de suas obrigações com relação a tais seguros.
- 6.30 Responsabilizar-se pelos vícios e danos à Contratante decorrentes da execução do objeto, devendo ressarcir a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos, com base nos termos pactuados;
- 6.31 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.31.1 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.32 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme minuta aprovada
VISTO	

Processo: 48500.003399/2021-17

- 6.33 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.34 Integrar-se ao modelo de prestação de serviços da ANEEL, trabalhando em sinergia com as demais contratadas responsáveis por serviços correlatos e/ou interdependentes, em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência;
- 6.35 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 6.36 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 6.36.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 6.37 Efetuar o pagamento dos salários aos funcionários até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior ao trabalhado, por meio de depósito em conta corrente pessoal ou transferência bancária, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação do serviço, e apresentar, a qualquer momento, se exigido pela CONTRATANTE, os comprovantes de crédito bancário para verificar adequação dos valores bem como da data do pagamento;
- 6.38 Fornecer o Auxílio-Alimentação e o Vale-Transporte aos empregados a cada 30 (trinta) dias e de uma única vez, até o último dia que antecede ao mês de sua competência, considerando:
- 6.38.1 Período médio mensal de trabalho, conforme o estabelecido no Termo de Referência.
- 6.38.2 Desconto máximo para participação do empregado no Vale-Transporte de 6%, conforme a legislação específica vigente.
- 6.38.3 A possibilidade de fornecimento de vale-transporte para os trechos Residência – Rodoviária do Plano Piloto – ANEEL, bem como o retorno por esses mesmos trechos, de

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

Processo: 48500.003399/2021-17

forma a atender aos casos em que não exista transporte direto, ou os horários das linhas de transporte e a jornada de trabalho do funcionário sejam incompatíveis.

6.39 Autorizar o desconto na fatura a ser paga pela CONTRATANTE de:

6.39.1 Valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados que expressamente optaram por não receber este benefício, conforme a Orientação Normativa SLTI/MPOG nº3/2014;

6.39.2 Salários e demais verbas trabalhistas pagas diretamente aos trabalhadores, bem como o recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando tiver falhado no cumprimento dessas obrigações, até o momento de sua regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

6.39.2.1 Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o subitem acima pela própria Administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

6.40 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seu interesse junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, dentre elas a verificar periodicamente os recolhimentos de FGTS e contribuições previdenciárias;

6.41 Viabilizar a seus empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, ou da admissão do empregado, a obtenção de:

6.41.1 Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal, para verificação do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

6.41.2 Acesso via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, para verificação do recolhimento de contribuições previdenciárias;

6.41.3 Extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

6.42 Instruir seus empregados a fornecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, os comprovantes de recolhimento de FGTS e contribuições previdenciárias ao GESTOR DO CONTRATO, e a comunicá-lo sobre qualquer irregularidade detectada.

6.43 Comprovar o cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

Processo: 48500.003399/2021-17

colocados à disposição da Contratante, por meio da apresentação, dentre outras, das seguintes comprovações:

- 6.43.1 No recebimento e no pagamento dos serviços, por meio dos documentos indicados nas respectivas cláusulas contratuais;
- 6.43.2 Ao longo da vigência do contrato, sempre que solicitado pela fiscalização contratual:
 - 6.43.2.1 Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado;
 - 6.43.2.2 Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
 - 6.43.2.3 Comprovantes de realização de cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
 - 6.43.2.4 Cópias de contracheques assinados pelos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópias de recibos de depósitos bancários;
 - 6.43.2.5 Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros) a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.
- 6.43.3 No primeiro mês da prestação dos serviços e ao longo da vigência do contrato, em caso de ocorrência de qualquer evento relacionado ao grupo de funcionários alocados à contratação (admissão, demissão, afastamento legal, etc.):
 - 6.43.3.1 Relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), endereço residencial e telefone, habilitação e qualificação profissional, com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - 6.43.3.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo CONTRATADO; e
 - 6.43.3.3 Exames médicos admissionais, periódicos e comprovantes de encaminhamento e do tratamento médico, em caso de doença, acidente de trabalho, mal súbito ou quaisquer outros acontecimentos dessa natureza, conforme a legislação vigente, sendo que somente será permitida a integração do funcionário à equipe de trabalho, após verificação do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) pela ANEEL; e

10/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada



Processo: 48500.003399/2021-17

6.43.3.4 Termos de rescisão dos contratos de trabalho (devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria), guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais, extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS e exames médicos demissionais, dos empregados demitidos.

6.43.4 Após o último mês de prestação dos serviços, quando da extinção ou rescisão do contrato, com relação ao grupo de funcionários envolvidos na contratação:

6.43.4.1 Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados envolvidos na contratação, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.43.4.2 Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.43.4.3 Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

6.43.4.4 Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.44 Manter a continuidade dos serviços e a disponibilidade de efetivo dentro dos padrões estabelecidos, prestando a imediata alocação e reposição dos prestadores em quaisquer situações, incluindo força maior, suspensão e interrupção, dentre elas faltas, impedimentos, greves, férias, descanso semanal, licença, demissão e outros casos análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente a que se subordinam;

6.45 Comunicar à CONTRATANTE:

6.45.1 Afastamentos legais ou desligamento dos funcionários, e dados dos substitutos, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias;

6.45.2 Programação de férias dos funcionários e dados dos substitutos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

6.46 Responsabilizar-se pelos crachás de identificação emitidos pela ANEEL para seus funcionários, fiscalizar sua utilização, e providenciar sua devolução sempre que o empregado for desvinculado do posto de trabalho e ao término do contrato, com o devido ressarcimento em caso de extravio ou avarias.

6.47 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, podendo a Administração Contratante utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

Processo: 48500.003399/2021-17

respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

6.48 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

6.48.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar à CONTRATANTE, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação, a cópia do documento enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra.

6.49 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.49.1 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.49.2 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.49.3 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.50 O CONTRATADO se compromete a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis eventualmente repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

6.50.1 A coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se o CONTRATADO por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento);

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme minuta aprovada
VISTO	

Processo: 48500.003399/2021-17

- 6.50.2 Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, nos termos da Lei Federal nº 13.709/18.
- 6.50.3 Fica vedado o tratamento de dados pessoais e/ou dados pessoais sensíveis de pessoas físicas vinculadas ao CONTRATANTE, com o objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie.
- 6.51 Observar as disposições da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, que regulamentam o exercício da profissão de motorista e, em especial, assegurar aos motoristas alocados na prestação de serviços à Administração:
- 6.51.1 Não responder perante o empregador por prejuízo patrimonial decorrente da ação de terceiro, ressalvado o dolo ou a desídia do motorista, nesses casos mediante comprovação, no cumprimento de suas funções;
- 6.51.2 Benefício de seguro de contratação obrigatória e custeado pelo empregador, destinado à cobertura de morte natural, morte por acidente, invalidez total ou parcial decorrente de acidente, traslado e auxílio para funeral, referentes às suas atividades, no valor mínimo correspondente a 10 (dez) vezes o piso salarial de sua categoria ou valor superior fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho;
- 6.51.3 Concessão de intervalo para descanso, repouso ou alimentação, conforme estabelecem o art. 71 e o Art. 238-E, ambos da CLT;
- 6.51.4 Jornada diária de trabalho do motorista profissional de 8 (oito) horas e quarenta e oito minutos, admitindo-se a sua prorrogação por até 2 (duas) horas extraordinárias ou, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo, por até 4 (quatro) horas extraordinárias, observando que:
- 6.51.5 A CONTRATANTE admitirá a realização de hora-extra em caráter excepcional e mediante sua prévia autorização, caso em que a empresa deverá garantir a compensação, administrando banco de horas, ou arcar com o pagamento das horas extraordinárias, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;
- 6.51.5.1 Em situações excepcionais de inobservância justificada do limite de jornada de que trata essa alínea, devidamente registradas, e desde que não se comprometa a segurança rodoviária, a duração da jornada de trabalho do motorista profissional empregado poderá ser elevada pelo tempo necessário até o veículo chegar a um local seguro ou ao seu destino, aplicando-se as regras da alínea anterior, caso ocorra realização de hora extraordinária.

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada



Processo: 48500.003399/2021-17

6.51.5.2 As horas consideradas extraordinárias e não compensadas serão pagas com o acréscimo estabelecido na Constituição Federal ou compensadas na forma do §2º do art. 59 da CLT, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

6.52 Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

6.53 Cuidar da disciplina e apresentação pessoal e do acompanhamento do desempenho dos funcionários.

6.54 Manter a regularidade da documentação dos motoristas junto aos órgãos fiscalizadores de trânsito.

6.55 Orientar, permanentemente, por meio do seu Supervisor, os profissionais alocados no posto de motorista executivo para:

6.55.1 Obedecer às normas estabelecidas no Código Brasileiro de Trânsito.

6.55.2 Não proceder ao deslocamento de usuários sem a devida autorização de saída de veículo (formulário eletrônico SISRV disponibilizado na intranet ou formulário impresso).

6.55.3 Realizar inspeções periódicas nos veículos durante o horário de funcionamento do posto de trabalho, observando se os equipamentos e acessórios estão em perfeito estado de funcionamento e conservação. Caso se verifique qualquer tipo de anomalia mecânica, elétrica ou na lataria dos veículos, tal fato deve ser imediatamente comunicado à CONTRATANTE.

6.55.4 Abster-se da execução de quaisquer outras atividades alheias ao objeto do Contrato durante o período em que estiver a serviço da ANEEL.

6.55.5 Cumprir, rigorosamente, os horários e escalas de serviço estabelecidos.

6.55.6 Manter o devido zelo com todo o patrimônio colocado à disposição para a prestação do serviço.

6.55.7 Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrado nos veículos, providenciado, de imediato, a remessa desses bens à área fiscalizadora do Contrato.

6.56 Quanto às providências em caso de eventuais acidentes e/ou multas – sem prejuízo de outras responsabilidades legais, caberá à Contratada:

6.56.1 Proceder como previsto no Edital e Anexos, em especial, no Anexo C - Rotina de Procedimentos em Caso de Acidentes e Avarias em Veículos do Termo de Referência do Edital;

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada



Processo: 48500.003399/2021-17

- 6.56.2 Responsabilizar-se pelos reparos nos veículos utilizados para a prestação dos serviços e/ou pelos danos corporais a terceiros, quando for o caso, por ocasião de acidente em que haja concorrido com culpa ou dolo, mediante pagamento, ou franquia de seguro ou do valor do reparo (caso este último seja mais barato que o valor da franquia).
- 6.56.2.1 Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a contratante reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento no pagamento da fatura do mês.
- 6.56.3 Responsabilizar-se pelas infrações de trânsito eventualmente cometidas, promovendo a identificação do condutor infrator, reservado o direito à defesa prévia na forma prevista pelo órgão autuador, observando que eventual não identificação do condutor infrator não eximirá a CONTRATADA do pagamento da multa imputada pelo órgão autuador;
- 6.56.3.1 Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a contratante reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento no pagamento da fatura do mês.
- 6.56.4 Comprovar a regularidade da Carteira Nacional de Habilitação dos motoristas alocados, bem como comunicar à gestão as pontuações por infrações cometidas.
- 6.56.5 Substituir empregado alocado, a pedido da Contratante, em decorrência da gravidade ou da frequência de infrações de trânsito por ele cometidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Exigir do contratado que permaneça habilitado e apto a cumprir todas as obrigações pactuadas durante a vigência do contrato.
- 7.2 Disponibilizar ao CONTRATADO os elementos, informações e/ou esclarecimentos necessários à prestação do objeto nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos.
- 7.3 Realizar o pagamento no prazo e condições estabelecidas, após atesto das faturas pelo GESTOR DO CONTRATO.
- 7.4 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento por parte da Contratada das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição do contrato, em especial quanto:
- 7.4.1 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

15/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

Processo: 48500.003399/2021-17

- 7.4.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
- 7.4.3 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 7.5 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
- 7.6 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, notificar ao CONTRATADO e reter o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 7.6.1 Não havendo a quitação por parte do CONTRATADO no prazo de 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do CONTRATADO que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 7.6.2 Os pagamentos previstos na cláusula acima não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.
- 7.6.3 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas, caso este seja efetuado pela Administração.
- 7.7 Provisionar, nos termos previstos na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017 os valores referentes ao pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores do CONTRATADO, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, em Conta-Depósito Vinculada-Bloqueada específica, que será liberada exclusivamente para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores;
- 7.8 Notificar o CONTRATADO por escrito da ocorrência de imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, sob pena de instauração de processo de responsabilidade administrativa.
- 7.9 Notificar ao CONTRATADO a instauração de processos para apuração de responsabilidade administrativa, decidir e aplicar sobre ele as sanções administrativas previstas no Edital e seus anexos, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme minuta aprovada
VISTO	

Processo: 48500.003399/2021-17

- 7.10 Verificar e acionar a garantia técnica e/ou financeira, exigindo do CONTRATADO, nos termos pactuados, o cumprimento de suas obrigações com relação a tais seguros.
- 7.11 Informar ao CONTRATADO quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 7.12 Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados, conforme legislação aplicável.
- 7.13 Designar servidor (agente da administração) como GESTOR DO CONTRATO, e quando couber, FISCAIS DO CONTRATO para auxiliá-lo, no acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, visando a verificação da conformidade da prestação e da alocação dos recursos, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, conforme o previsto na Lei nº 8666/93, arts. 67 e 73, Decreto nº 9.507/2018, Instrução Normativa SEGES/MPDG nº5/2017 e no Termo de Referência.
- 7.14 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 7.15 Observar e cumprir a legislação cabível sobre terceirização de serviços, notadamente, as disposições contidas no Decreto nº 9.507/2018 e na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017.
- 7.16 Compete à CONTRATANTE:
- 7.16.1 Informar à CONTRATADA os deslocamentos previstos, detalhando, no mínimo: a origem (ponto de partida) do itinerário e o(s) destino(s); a quantidade de passageiros, com identificação nominal de ao menos um passageiro e da unidade administrativa solicitante da viagem; o horário previsto para a saída do veículo do ponto de partida informado e/ou de embarque do(s) passageiro(s), quando houver, com antecedência, sempre que possível;
 - 7.16.2 Orientar quanto ao(s) local(is) em que o(s) motorista(s) deverá(ão) se posicionar para pronto atendimento dos chamados para as viagens, observando que seja(m) local(is) iluminado(s), presumidamente seguro(s) e dotado(s) de condições confortáveis para a espera pelo(s) motorista(s), bem como para o acesso dos passageiros;
 - 7.16.3 Zelar para que os empregados da CONTRATADA sejam tratados com dignidade, cortesia, urbanidade, respeito e empatia, especialmente em relação à diversidade de capacidade e limitação individual, sem manifestação de qualquer espécie de preconceito ou distinção, inclusive em razão de raça, sexo e/ou orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político ou posição social.
- 7.17 O CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares pessoas naturais vinculadas ao CONTRATADO, cumprindo, todavia, as obrigações de publicidade inerentes às licitações e contratos administrativos, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de

17/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

Processo: 48500.003399/2021-17

consentimento específico e conforme o indicado na DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA e CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018, assinada pelo CONTRATADO, anexa ao Edital do certame.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1 A Superintendência de Administração e Finanças – SAF/ANEEL designará para acompanhar e fiscalizar este Contrato um gestor titular e seu substituto, bem como, quando cabível, fiscais, nos termos do disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, Portaria ANEEL nº 1.679/2011, Decreto nº 9.507/2018, Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017 e Termo de Referência do objeto.
- 8.2 A fiscalização que trata o parágrafo anterior não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais (art. 70 da Lei nº 8.666/93).
- 8.3 Dentre os demais procedimentos de fiscalização do Contrato previstos na Instrução Normativa nº 5/2017-SEGES/MPDG, os fiscais/gestores de contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra deverão:
- 8.3.1 Oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB), em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias;
 - 8.3.2 Oficiar ao Ministério do Trabalho, em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS.

CLÁUSULA NONA – DOS PREÇOS

- 9.1 Para os devidos fins legais, o valor total estimado deste Contrato é de R\$370.986,96 (trezentos e setenta mil novecentos e oitenta e seis reais e noventa e seis centavos), definido conforme tabela abaixo:

18/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada



Processo: 48500.003399/2021-17

ITEM	Posto de serviço	Valor por empregado (A)	Quantidade de empregados por posto de serviço (B)	Valor total por posto de serviço (C)=(A)x(B)	Quantidade de postos de serviço (D)	Valor total mensal por posto de serviço (E)=(C) x (D)	Valor total anual por posto de serviço (F)=(E)x12
1-Serviços de condução de veículos	1-Motoristas Executivos	6.163,29	1	6.163,29	2	12.326,58	147.918,96
	2-Motoristas de Veículos Leves	5.527,91	1	5.527,91	2	11.055,82	132.669,84
	3-Supervisor	7.533,18	1	7.533,18	1	7.533,18	90.398,16
Valor Total Mensal do Serviço						R\$ 30.915,58	
VALOR TOTAL DO CONTRATO							R\$ 370.986,96

- 9.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 9.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.
- 9.4 Os proponentes, licitantes e contratados devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, a exemplo do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, quando participarem de licitações públicas.
- 9.4.1 O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União – TCU e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art.71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO

10.1 O **RECEBIMENTO** dos serviços pela **CONTRATANTE** será nos seguintes termos:

10.1.1 Até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês de prestação dos serviços, o **CONTRATADO** deverá apresentar à ANEEL a seguinte documentação:

- 10.1.1.1 Documento (SEM VALOR FISCAL) informando o valor previsto dos serviços prestados;
- 10.1.1.2 Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), salário, valor do posto, valores do vale alimentação e do vale transporte, valor mensal referente a cada empregado e valor total mensal;
- 10.1.1.3 Cópias das folhas de ponto dos funcionários, individualizadas, por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado (Súmula 338/TST) do mês de referência da fatura que conterão os registros de entrada e saída do expediente, nas quais conste o nome do funcionário, o órgão de atuação, o posto (diurno ou noturno), o horário de expediente e o período de referência;
- 10.1.1.4 Comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o art. 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;
- 10.1.1.5 Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP), além da GFIP pertinente ao contrato (incluindo eventuais retificações), com discriminação dos recolhimentos do INSS e FGTS por empregado;
- 10.1.1.6 Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet e Certidão de Regularidade do FGTS;

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme minuta aprovada
VISTO	



Processo: 48500.003399/2021-17

- 10.1.1.7 Cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet;
- 10.1.1.8 Cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;
- 10.1.1.9 Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP da Caixa Econômica Federal (RE) e cópia da Relação de Tomadores/Obras (RET);
- 10.1.1.10 Comprovante da regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho, por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED;
- 10.1.1.11 Comprovante de pagamento de salário dos empregados, mediante envio de comprovante de crédito bancário em conta corrente informada pelo funcionário;
- 10.1.1.12 Contracheques dos funcionários, devidamente assinados pelos mesmos, discriminando todas as parcelas creditadas e debitadas dos salários;
- 10.1.1.13 Comprovantes de pagamento de vale-transporte e auxílio alimentação dos empregados, correspondentes ao mês anterior;
- 10.1.1.14 Comprovante de pagamento de 13º salário;
- 10.1.1.15 Comprovante de concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei;
- 10.1.1.16 Relatório mensal detalhado, indicando as faltas e férias, bem como as substituições ocorridas no mês de referência;
- 10.1.1.17 Certidão de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em relação aos débitos previdenciários e aos não previdenciários inscritos em Dívida Ativa da União ou administrados pela Receita Federal do Brasil);
- 10.1.1.18 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>);
- 10.1.1.19 A documentação referente ao cumprimento das obrigações trabalhistas (FGTS e INSS) deve corresponder à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela

21/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada



Processo: 48500.003399/2021-17

Administração, exceto no último pagamento do contrato, quando também será exigida a documentação referente ao último mês de vigência contratual.

10.1.2

10.1.3 Até 5 (cinco) dias corridos do recebimento da documentação encaminhada pelo CONTRATADO, o Gestor do Contrato efetuará o **RECEBIMENTO PROVISÓRIO** dos serviços, por meio da emissão de relatório circunstanciado com registro de ocorrências na execução referentes à fiscalização administrativa, técnica, e outros aspectos contratuais pertinentes, e do Termo de Recebimento Provisório (TRP).

10.1.4 Até 5 (cinco) dias úteis após o Recebimento Provisório, o Gestor do Contrato efetuará o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** dos serviços, com a verificação da conformidade da execução aos requisitos do Termo de Referência, proposta, qualidade/quantidade, a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) e o Atesto dos Serviços Prestados, por meio dos seguintes procedimentos:

10.1.4.1 Análise da documentação referente à fiscalização administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, solicitação ao CONTRATADO, por escrito, das respectivas correções, indicando as cláusulas contratuais pertinentes;

10.1.4.2 Análise da documentação referente à fiscalização técnica, incluindo a apuração dos resultados da prestação dos serviços elaborando o Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados (Instrumento de Medição dos Resultados-IMR da contratação), e notificação ao CONTRATADO;

10.1.4.2.1 Após notificado, caso discorde dos resultados apurados pela CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá apresentar em até 2 (dois) dias úteis uma justificativa por escrito pela prestação do serviço com menor nível de conformidade, a qual poderá ser aceita pela fiscalização do contrato, desde que comprovada sua excepcionalidade, e que seja resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada



Processo: 48500.003399/2021-17

10.1.4.2.2 Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) e Atesto dos Serviços Prestados, com base em toda documentação relacionada; e

10.1.4.2.3 Notificação ao CONTRATADO para que emita a Nota Fiscal pelos serviços prestados, no valor exato dimensionado com base no Instrumento de Medição dos Resultados-IMR.

10.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do CONTRATADO pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

10.3 Na hipótese de a verificação a que se referem os subitens anteriores não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório e o definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.4 Caso a ANEEL constate irregularidades no cumprimento de obrigações trabalhistas ou previdenciárias referentes aos funcionários alocados à prestação dos serviços, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção da situação, poderá conceder prazo de 5 (cinco) dias para que o CONTRATADO regularize suas obrigações.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE mensalmente, após o RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços prestados (de acordo com a Cláusula Décima deste Contrato), e obedecendo-se os seguintes eventos:

11.1.1 Apresentação da nota fiscal pelo CONTRATADO à SAF/ANEEL (Gestor do Contrato);

11.1.2 Atesto da nota fiscal pela SAF/ANEEL (Gestor do Contrato) em até 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento desta;

11.1.3 Pagamento pela SAF/ANEEL em até 5 (cinco) dias úteis, contados do atesto da nota fiscal.

11.2 No caso de serviço prestado com regime de mão de obra exclusiva, que necessite de alocação gradativa de pessoal, os pagamentos serão realizados em conformidade com esse critério.

23/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada



Processo: 48500.003399/2021-17

- 11.3 A documentação referente ao cumprimento das obrigações trabalhistas (FGTS e INSS) deve corresponder à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração, exceto no último pagamento do contrato, quando também será exigida a documentação referente ao último mês de vigência contratual.
- 11.4 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato ao CONTRATADO e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 11.4.1.1 Não havendo a quitação por parte do CONTRATADO no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação mencionada anteriormente, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do CONTRATADO que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 11.4.1.1.1 Os pagamentos previstos na cláusula acima não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados do CONTRATADO.
- 11.4.1.1.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.
- 11.4.2 Quando, justificadamente, não for possível a realização do pagamento direto aos empregados pela própria Administração (ex. por falta de documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 11.5 Considera-se falta grave o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação, podendo dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

Processo: 48500.003399/2021-17

11.5.1 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

11.5.2 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

11.6 A Nota Fiscal deverá ser apresentada pelo CONTRATADO no valor exato autorizado pela CONTRATANTE, quando do RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS.

11.7 Antes de cada pagamento ao CONTRATADO, será realizada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.8 O CONTRATADO deverá manter registro atualizado no SICAF, e para efeito de pagamento das notas fiscais, as Certidões Negativa de Débito junto ao INSS (CND) e de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) deverão estar válidos perante o SICAF, caso contrário, deverão ser apresentados tais documentos com prazos válidos.

11.9 Caso a ANEEL constata a irregularidade do CONTRATADO junto ao SICAF, o notificará, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

11.9.1 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a ANEEL:

11.9.1.1 Oficiará os órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos; e

11.9.1.2 Adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

11.9.1.2.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada irregular no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.9.2 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos da parte incontroversa serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.

25/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

Processo: 48500.003399/2021-17

- 11.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.11 O ressarcimento financeiro decorrente de eventuais atrasos de pagamento será calculado do dia subsequente ao vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano sobre a parcela em atraso “*pro rata die*”.
- 11.12 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado ao CONTRATADO.
- 11.13 A ANEEL reserva-se o direito de suspender o pagamento se a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.
- 11.14 São hipóteses de glosa nos pagamentos as situações indicadas abaixo, caso não estejam previstas em IMR ou no instrumento equivalente:
- 11.14.1 Inclusão de rubrica, na Planilha de Custos e Formação de Preços, que tenha sido vedada pelo edital;
 - 11.14.2 Cotação de tributo em percentual maior que o adequado, segundo as regras do edital;
 - 11.14.3 Inexecução parcial ou total das atividades contratadas;
 - 11.14.4 Não produção dos resultados contratados;
 - 11.14.5 Não execução do contrato com a qualidade mínima exigida;
 - 11.14.6 Não utilização de materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou a utilização dos mesmos com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
 - 11.14.7 Equívocos no dimensionamento dos quantitativos da proposta que se revelem superiores às necessidades da Administração, quando detectados em momento ulterior aos recebimentos provisório e definitivo da contratação;
 - 11.14.8 Custos não renováveis já pagos ou amortizados que não foram eliminados quando da prorrogação contratual.
- 11.15 O processamento das glosas não impede a instauração concomitante de procedimento para aplicação de sanção administrativa, conforme a Cláusula Décima Sexta deste Contrato.

26/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada



Processo: 48500.003399/2021-17

- 11.16 Obriga-se o CONTRATADO a apresentar documentos de cobrança claros, com critérios transparentes, de forma a facilitar o atesto inequívoco dos serviços.
- 11.17 A CONTRATANTE poderá interromper o prazo do processamento do pagamento sem que represente qualquer ônus, quando a Nota Fiscal estiver em desacordo com o estabelecido no contrato e/ou a contiver erros de preenchimento a cargo do CONTRATADO que comprometam a compreensão, inteligência e interpretação de toda a cobrança encaminhada.
- 11.17.1 Não havendo, porém, comprometimento, nos termos do item supracitado, de toda a Nota Fiscal encaminhada, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento do valor correspondente à parcela incontroversa, permanecendo interrompido o prazo para a parte da cobrança que apresenta problemas, até que o CONTRATADO, em resposta, restabeleça as condições para o atesto.
- 11.18 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando couber.
- 11.19 O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, inciso VI do artigo 18, da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 11.20 As notas fiscais deverão ser emitidas pelo CONTRATADO por meio eletrônico, visando a adequação aos procedimentos internos da ANEEL.
- 11.21 É vedado o pagamento, a qualquer título, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, devendo a Administração verificar se o SICAF acusa o referido vínculo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

- 12.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e do Anexo X da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

27/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

Processo: 48500.003399/2021-17

- 12.2 O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao quantitativo para a execução dos serviços, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, de acordo com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.
- 12.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA FINANCEIRA

- 13.1 O CONTRATADO deverá prestar garantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado deste Contrato, em nome da ANEEL, em até 10 (dez) dias úteis contados de sua assinatura, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE.

13.1.1 A garantia poderá ser prestada em:

- 13.1.1.1 Caução em Dinheiro: efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;
- 13.1.1.2 Seguro-garantia: mediante entrega da apólice, inclusive digital, emitida por empresa em funcionamento no Brasil, legalmente autorizada, tendo a CONTRATANTE como a única beneficiária do seguro, e indicando o número do Contrato firmado com a ANEEL, o início e fim de sua validade, o valor da cobertura, o nome do segurado/afiançado e do beneficiário (ANEEL). O seguro prestado deverá ser do ramo Seguro Garantia: Segurado-Setor Público, estabelecido pela Circular SUSEP Nº 477/2013.
- 13.1.1.3 Fiança Bancária: mediante entrega de carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário legalmente autorizado pelo Banco Central do Brasil, indicando a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro, o número do Contrato firmado com a ANEEL, o início e fim de sua validade, o valor da cobertura, o nome do segurado/afiançado e do beneficiário (ANEEL), e acompanhada de:

- 13.1.1.3.1 Cópia autenticada do estatuto social do banco;

28/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

Processo: 48500.003399/2021-17

13.1.1.3.2 Cópia autenticada da ata da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;

13.1.1.3.3 Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;

13.1.1.3.4 Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

13.1.1.4 Caução em Títulos da Dívida Pública: mediante depósito em títulos da dívida pública em conta de custódia aberta na Caixa Econômica Federal, vinculada à CONTRATANTE; os títulos deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, com registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia - ME;

13.1.2 A garantia deverá ser entregue à Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios – SLC/ANEEL;

13.2 O período de validade da garantia prestada deverá cobrir, no mínimo, toda a vigência do contrato, acrescida por mais 90 (noventa) dias após seu término;

13.3 A garantia deverá assegurar obrigatoriamente, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.3.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

13.3.2 Prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.3.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela fiscalização ao CONTRATADO;

13.3.4 Obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS de qualquer natureza, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

13.4 A modalidade seguro-garantia do ramo Segurado-Setor Público somente será aceita se contemplar a cobertura de todos os eventos indicados no item 13.3;

13.5 A não apresentação da garantia no prazo fixado ou sua apresentação em desacordo com o Edital ensejará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

Processo: 48500.003399/2021-17

- 13.5.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme disposto nos incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.
- 13.6 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.
- 13.7 Na ocorrência de alteração da vigência ou do valor do Contrato (por acréscimo ou supressão, revisão, repactuação ou reajuste), o CONTRATADO deverá apresentar, na ocasião da celebração do termo que a autorizar, a devida adequação da garantia, tomando-se por base o valor atualizado do Contrato.
- 13.8 A garantia prestada será considerada extinta com a autorização para o levantamento da caução e, nas demais modalidades, com o próprio decurso de seu prazo de validade, desde que não tenha sido registrada uma abertura de sinistro pela CONTRATANTE.
- 13.8.1 Caso a CONTRATANTE comunique a ocorrência de sinistro, o período de validade da garantia será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.
- 13.9 A ANEEL executará a garantia prestada, observada a legislação que rege a matéria, e o devido processo administrativo.
- 13.9.1 No caso da execução da garantia para o pagamento de multa, se a multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, o CONTRATADO responderá por sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;
- 13.9.2 No caso da execução total ou parcial da garantia para o pagamento de multa ou qualquer outra obrigação, o CONTRATADO obriga-se a fazer a respectiva reposição, caso o contrato ainda esteja em vigor, em até 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for utilizada.
- 13.10 O CONTRATADO autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no presente Contrato.
- 13.11 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a garantia somente será liberada mediante a comprovação de que o CONTRATADO pagou, até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme minuta aprovada
VISTO	

Processo: 48500.003399/2021-17

contratação, ou providenciou a realocação dos empregados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorresse a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.

13.11.1 Caso o referido pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, ou não se comprove a realocação dos empregados da CONTRATADA, a garantia será utilizada pela CONTRATANTE para o pagamento direto dessas verbas rescisórias trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº05/2017, observada a legislação que rege a matéria.

13.12 A perda da garantia em favor da CONTRATANTE, em decorrência de rescisão unilateral do contrato, na hipótese do art. 80, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA REPACTUAÇÃO

14.1 Desde que solicitado pelo CONTRATADO e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, na forma descrita abaixo, o valor consignado neste Contrato poderá ser repactuado, competindo ao CONTRATADO justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise, bem como documentação comprobatória, para posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

14.2 O prazo para que o CONTRATADO apresente o pedido instruído e exerça o direito à repactuação termina com a assinatura da prorrogação contratual subsequente ou com o encerramento do contrato.

14.2.1 Caso o CONTRATADO não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão lógica de seu direito à repactuação.

14.2.2 Na hipótese de, na data da prorrogação contratual, o instrumento em que se basear a solicitação de repactuação ainda não tiver sido celebrado, ou ainda não ter sido possível à CONTRATANTE ou ao CONTRATADO proceder aos cálculos devidos, será inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO à

31/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

Processo: 48500.003399/2021-17

repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

14.3 O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

14.3.1 Da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra vinculada às datas-bases destes instrumentos;

14.3.2 De 10/09/2021, data limite para apresentação da proposta constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado; ou

14.3.3 Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa).

14.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

14.5 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

14.5.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

14.5.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou

14.5.3 Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

14.6 **Quando motivada por variações de custos decorrentes de mão de obra vinculada à norma trabalhista (lei, acordo, convenção ou sentença normativa)**, a solicitação de repactuação do CONTRATADO deverá ser acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da Planilha de Custos e Formação de Preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamentem a repactuação.

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

Processo: 48500.003399/2021-17

14.6.1 O CONTRATADO deverá acompanhar o trâmite dos instrumentos negociais coletivos até o seu registro e arquivo finais no Ministério do Trabalho e Emprego – TEM;

14.6.2 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

14.7 **Quando motivada por variações de custos decorrentes de preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra)**, a solicitação de repactuação do CONTRATADO deverá demonstrar o respectivo aumento por meio da apresentação da Planilha de Custos e Formação de Preços, considerando-se a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mediante a aplicação da seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

14.7.1 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7.2 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

14.8 Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

14.9 A análise das solicitações de repactuação poderá ensejar diligências a serem realizadas pela CONTRATANTE para conferir a variação de custos alegada.

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada



Processo: 48500.003399/2021-17

- 14.10 O tempo utilizado pelo CONTRATADO para cumprir os atos ou apresentar documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação de custos suspende os prazos de processamento.
- 14.11 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 14.12 Na ocasião da celebração do termo que autorizará a repactuação, o CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção em relação ao valor contratado, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.
- 14.13 Quando o CONTRATADO for tributado pelo regime de incidência não-cumulativa (Lucro Real) de PIS e COFINS, deverá comprovar no momento da repactuação ou da renovação contratual as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições, a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos.
- 14.13.1 Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, poderão ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

- 15.1 O Contrato poderá ser rescindido, por ato unilateral e escrito da Administração, sem prejuízo das demais sanções do contrato ou do instrumento convocatório, em caso de:
- 15.1.1 Hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei;
- 15.1.2 Não pagamento do salário, verbas trabalhistas, vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado;
- 15.1.3 Não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS, nos prazos previstos;
- 15.1.4 Mora, sem prejuízo das multas aplicáveis, que evolui em intensidade e se resolve em inadimplemento total da obrigação;

34/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada



Processo: 48500.003399/2021-17

- 15.1.5 Caracterização da insolvência do CONTRATADO com envolvimento comprovado em protesto de títulos e emissão de cheques sem a suficiente provisão de fundos ou outro fato semelhante que represente risco à sua saúde financeira;
- 15.1.6 Atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no prazo fixado para apresentação da garantia de execução do contrato;
- 15.1.7 Falta de manutenção das condições de habilitação e qualificação, exigidas no instrumento convocatório e/ou contrato;
- 15.1.8 Desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, de acordo com as regras previstas no Instrumento de Medição de Resultados, quando previsto na contratação.
- 15.2 O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração e não tenha ocorrido nenhuma das hipóteses previstas para a rescisão unilateral da avença, conforme os termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao CONTRATADO o direito à prévia e ampla defesa.
- 15.4 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5 O termo de rescisão será precedido por nota técnica emitida pelo Gestor, com aprovação da autoridade superior, cujo conteúdo deverá apresentar:
- 15.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 15.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 15.5.3 Relação dos processos de apuração de responsabilidade administrativa instaurados, e de indenizações e multas conferidas.
- 15.6 Não havendo culpa do CONTRATADO a rescisão poderá ser acompanhada, no que couber, do ressarcimento de prejuízos comprovadamente suportados pelo CONTRATADO, da devolução da garantia, do pagamento pela execução até a rescisão e cobertura do custo de desmobilização.
- 15.7 Quando da rescisão, a CONTRATADA deve comprovar o pagamento das verbas rescisórias incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria ou apresentar os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade

35/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme minuta aprovada
VISTO	

Processo: 48500.003399/2021-17

de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, conforme estabelecido na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017.

15.7.1 Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

15.7.1.1 A garantia contratual, conforme art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

15.7.1.2 Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

15.7.2 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

15.8 O CONTRATANTE poderá ainda:

15.8.1 Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

15.8.2 Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

15.9 O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o CONTRATADO que:

16.1.1 Não executar totalmente ou executar parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

36/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

Processo: 48500.003399/2021-17

- 16.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.1.3 Cometer fraude de qualquer tipo na execução do contrato;
- 16.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; ou
- 16.1.5 Cometer fraude fiscal.

16.2 O CONTRATADO que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita às seguintes sanções contratuais:

16.2.1 **Advertência**, nas situações que merecem reprovação branda por parte da Administração, como também alerta do rigor da fiscalização e da possibilidade de penalização mais gravosa, em caso de reincidência;

16.2.2 **Multas, Moratória** (de caráter sancionatório, que objetiva penalizar o atraso) e **Compensatória** (de caráter indenizatório, sendo uma prefixação de indenização por perdas e danos), na forma abaixo especificada:

16.2.2.1 **Multa moratória** diária de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor mensal do contrato, limitado ao valor equivalente a 20% (vinte por cento) desse montante;

16.2.2.1.1 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia contratual (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

16.2.2.2 **Multa compensatória:**

16.2.2.2.1 **De 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato**, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.2.2.2 **Até o limite de 20% (vinte por cento), no caso de inexecução parcial do objeto, com incidência sobre o valor contratual definido pela CONTRATANTE** (valor total, valor mensal, valor do grupo, valor do item ou outro valor pertinente), conforme a gravidade do inadimplemento indicado na tabela abaixo:

GRAVIDADE DO INADIMPLEMENTO	PERCENTUAL DA MULTA COMPENSATÓRIA
MUITO LEVE/ GRAU 1	2 %
LEVE / GRAU 2	5 %

37/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme minuta aprovada
VISTO	

Processo: 48500.003399/2021-17

MÉDIA / GRAU 3	8 %
GRAVE / GRAU 4	15 %
MUITO GRAVE /	20%

16.2.2.2.2.1 Com relação às ocorrências abaixo, fica prefixada a gravidade do inadimplemento e a incidência da multa, em concordância com o percentual de multa compensatória apresentado na tabela anterior:

OCORRÊNCIA	GRAVIDADE DO INADIMPLEMENTO	INCIDÊNCIA
Não se manter durante a vigência do contrato habilitado e apto a cumprir todas as obrigações pactuadas, no tocante à regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não se manter durante a vigência do contrato habilitado e apto a cumprir todas as obrigações pactuadas, no tocante à habilitação jurídica	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não se manter durante a vigência do contrato habilitado e apto a cumprir todas as obrigações pactuadas, no tocante à qualificação técnica	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não se responsabilizar por quaisquer demandas trabalhistas, penais e civis, movidas por seus empregados ou terceiros contra a CONTRATANTE, relacionadas à execução do presente contrato	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não se responsabilizar pelo cumprimento da legislação específica, em caso de acidente do trabalho ocorrido nas dependências da CONTRATANTE, com qualquer de seus empregados, vinculados à execução do objeto	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não se responsabilizar pela adequada utilização e restituição, nas mesmas condições que lhe foram entregues, de todas as dependências, materiais, instalações, equipamentos, ferramentas e utensílios, disponibilizados pela CONTRATANTE	MÉDIA	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não dar ciência sobre quaisquer operações societárias que resultem em sua fusão, cisão ou incorporação, bem como de alteração de seu objeto social, por escrito, à CONTRATANTE	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Vincular o pagamento de salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento de faturas emitidas em nome da CONTRATANTE	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal

Processo: 48500.003399/2021-17

Não cumprir, por si e por seus empregados e prepostos, diretrizes e normas organizacionais da ANEEL relacionadas ao objeto do contrato	MUITO GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não cumprir, por si e por seus empregados e prepostos, todas as disposições normativas aplicáveis à segurança, sigilo e veiculação de informações	MUITO GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não cumprir, por si e por seus empregados e prepostos, todas as disposições normativas aplicáveis a normas de órgãos públicos responsáveis pela emissão de autorizações, alvarás e permissões, conselhos profissionais e de classe, órgãos oficiais de controle de qualidade e metrologia ou órgãos emissores de normas técnicas (ABNT)	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não cumprir, por si e por seus empregados e prepostos, o Código de Ética da ANEEL	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não cumprir, por si e por seus empregados e prepostos, demais diretrizes e normas organizacionais da ANEEL	LEVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não comunicar à CONTRATANTE por escrito, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas que possam prejudicar a execução, ou comprometer a integridade de pessoas e do patrimônio público	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Veicular publicidade ou divulgar qualquer outra informação acerca da contratação, sem prévia autorização da CONTRATANTE	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não indicar e manter preposto apto a representá-lo junto à CONTRATANTE	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não se submeter à fiscalização e responder a questionamentos e/ou apresentar documento no prazo determinado	MÉDIA	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não se submeter à fiscalização, e realinhar a prestação conforme orientação.	MUITO GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não recolher o FGTS e pagar as contribuições sociais previdenciárias dos empregados	MUITO GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não se responsabilizar pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas em legislação específica	MUITO GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não manter a continuidade dos serviços e a disponibilidade de efetivo dentro dos padrões estabelecidos	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal

Processo: 48500.003399/2021-17

Não selecionar, treinar e/ou apresentar equipe de trabalho qualificada, capacitada e/ou dimensionada, de acordo com o previsto no Termo de Referência	MÉDIO	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não fornecer, sem ônus para seu funcionário, e/ou fiscalizar sua utilização, uniforme, no padrão fixado no Termo de Referência	MÉDIO	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não fornecer, sem ônus para seu funcionário, e/ou fiscalizar sua utilização, crachá de identificação como empregado do Contratado, com foto	MUITO LEVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Permitir que empregado designado para trabalhar em um turno preste serviços no turno imediatamente subsequente	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não manter garantia financeira nas condições pactuadas	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Permitir a utilização na prestação do serviço de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; e/ou de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não encaminhar, quando solicitado, o termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados	MÉDIA	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não encaminhar, para fins de pagamento, a documentação obrigatória comprobatória exigida neste Termo de Referência junto com a Nota Fiscal.	MÉDIA	Sobre o valor da nota fiscal
Não reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os danos causados, comprovadamente, por seus empregados.	LEVE	Sobre o valor do dano
Contratar empregado para prestar serviços para a Contratante que seja familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na Contratante, conforme exigido neste Termo de Referência.	MÉDIA	Sobre o valor mensal da nota fiscal Sobre o valor mensal da nota fiscal

40/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme minuta aprovada
VISTO	

Processo: 48500.003399/2021-17

Não comunicar ocorrências de afastamentos legais ou de desligamento dos seus funcionários.	MUITO GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não viabilizar a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados no prazo definido neste Termo de Referência.	LEVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não viabilizar o acesso de seus empregados, via Internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil no prazo definido neste Termo de Referência.	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não apresentar, quando solicitado: os comprovantes referentes a recolhimentos dos encargos sociais e pagamento de salários e benefícios dos empregados; a cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos no período; a documentação rescisória completa; e os recibos de pagamento dos empregados demitidos no período.	MÉDIA	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não realizar, no prazo estipulado, o pagamento de salários e benefícios dos empregados, o recolhimento dos encargos sociais e da previdência social dos empregados admitidos no período, assim como o pagamento dos empregados demitidos no período.	MUITO GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não fornecer tempestivamente vale-transporte e auxílio-alimentação aos funcionários, além de outros benefícios e vantagens previstos na legislação e no acordo coletivo de trabalho ou na convenção coletiva de trabalho, sem observação aos valores e aos prazos legais para a entrega.	MUITO GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não realizar tempestivamente o pagamento do vale-transporte para os trechos Residência - Rodoviária do Plano Piloto - ANEEL, bem como para o retorno por esses mesmos trechos, e não disponibilizar transporte alternativo aos funcionários que comprovadamente se enquadrem em uma das seguintes situações: a) não existe transporte público direto entre a residência do funcionário e a ANEEL; b) existe transporte público direto entre a residência do funcionário e a ANEEL, mas não é compatível com a jornada de trabalho do funcionário.	MUITO GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não providenciar a devolução do crachá fornecido pela Contratante para acesso às suas dependências, quando do término do contrato ou desligamento/substituição de funcionário.	MUITO LEVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal

41/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme minuta aprovada
VISTO	

Processo: 48500.003399/2021-17

Não realizar o ressarcimento à Contratante das ligações interurbanas ou para telefones celulares móveis efetuadas pelos funcionários em interesse de particular ou da Contratada.	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não realizar, às suas expensas, os exames médicos exigidos na admissão de seus empregados, assim como durante a vigência do contrato de trabalho, na forma da lei; somente sendo permitida a integração do empregado à equipe de trabalho, após verificação do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) pela ANEEL.	GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não manter vínculo empregatício com os seus empregados de acordo com a legislação vigente, afrontando o disposto neste Termo de Referência.	MUITO GRAVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Ceder direitos ou subcontratar o objeto do contrato.	MUITO LEVE	Sobre o valor mensal da nota fiscal
Não estabelecer e/ou manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços, com capacidade operacional para realizar todos os procedimentos pertinentes ao recrutamento, seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.	GRAVE	Sobre o valor mensal

16.2.2.2.3 De 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, por culpa do CONTRATADO.

16.2.2.2.4 De 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, por culpa do CONTRATADO.

16.2.2.3 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.2.2.4 Tendo a multa calculada alcançado o limite de 20% do valor total contratado, a prestação se tornado inútil, ou antes que haja prejuízo à Administração na persistência da(s) conduta(s), a CONTRATANTE estará autorizada a:

16.2.2.4.1 Reclamar perdas e danos excedentes não compensados pela aplicação de multa correspondente;

Processo: 48500.003399/2021-17

16.2.2.4.2 Avaliar a possibilidade de rescisão do contrato.

16.2.2.5 Os valores das multas consistem em créditos a serem recolhidos no prazo e forma legal, resguardados atos de cobrança e execução, administrativa e judicial, na forma de: retenção e dedução dos pagamentos devidos pela Administração; pagamento mediante Guia de Recolhimento da União – GRU; e desconto do valor da garantia prestada.

16.2.2.5.1 É possível, *ad cautelam*, a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo.

16.2.3 **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade CONTRATANTE**, pelo prazo de até dois anos;

16.2.3.1 Entende-se aplicável a sanção supra, quando apurada conduta capaz de deixar pendente, total ou parcialmente, a prestação acordada, com prejuízo ao interesse público e perda de confiança na relação contratual.

16.2.4 **Impedimento de licitar e contratar com a União** com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.4.1 Entende-se aplicável a sanção supra, quando a gravidade da conduta mereça reprimenda mais severa por parte da CONTRATANTE do que a citada na cláusula 16.2.3; ou quando sua incidência estiver expressamente indicada na norma, respeitados o princípio da proporcionalidade e razoabilidade.

16.2.5 **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade;**

16.2.5.1 A declaração de inidoneidade funda-se em situação ou fato delituoso e será aplicada nos casos em que a apuração de responsabilidade conclua ter havido dolo ou má-fé do CONTRATADO, em conduta lesiva, prejudicial à CONTRATANTE ou ilícita, que recomende o seu afastamento.

16.3 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

16.4 Comete FALTA GRAVE, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

16.4.1 Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

Processo: 48500.003399/2021-17

- 16.4.2 Deixar de realizar pagamento do salário, das verbas trabalhistas, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.
- 16.5 Também fica sujeita às penalidades das cláusulas 16.2.3, 16.2.4 ou 16.2.5, o CONTRATADO que:
- 16.5.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 16.5.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 16.5.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.8 As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas, ou cumulativamente, nos termos do art. 9º da Lei 10.520/02, e no §2º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, no tocante à responsabilidade civil, penal e administrativa, tais quais:
- 16.8.1 Provocar a iniciativa do Ministério Público, nos termos do art. 101 da Lei nº 8.666 e art.27 do Código de Processo Penal;
 - 16.8.2 Oficiar ao Tribunal de Contas da União, em face do artigo 46 da Lei nº 8.443/92;
 - 16.8.3 Instaurar processo administrativo, em face da Lei nº 12.846/13.
 - 16.8.3.1 Quando houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº12.846/13, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;
 - 16.8.3.2 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

Processo: 48500.003399/2021-17

16.8.3.3 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.9 As penalidades serão registradas no SICAF e, no caso de penalidades aplicadas a pessoas físicas ou jurídicas que impliquem restrição ao direito de contratar ou licitar com a Administração Pública, independentemente de seu fundamento legal, também serão registradas no Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados - CGU-PJ.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO

17.1 Após a conclusão da prestação do serviço, o Gestor do Contrato (quando cabível auxiliado pelos fiscais, na forma prevista no Termo de Referência do objeto), deverá elaborar relatório final acerca das ocorrências de sua execução.

17.2 Fundamentada no relatório final, a CONTRATANTE, por meio da Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios - SLC, emitirá um termo de encerramento do Contrato, dando ciência ao CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS VEDAÇÕES E PERMISSÕES

18.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

18.2 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

18.2.1 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

45/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada

Processo: 48500.003399/2021-17

18.2.2 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo os preceitos da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal será competente para apreciar e dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Contrato.

20.2 E para firmeza e prova das condições estipuladas no presente instrumento de Contrato, assinam as partes em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante 2 (duas) testemunhas.

CONTRATANTE: **UBIRATÃ BARTOLOMEU PICKRODT SOARES**
 Superintendente de Licitações e Controle de
 Contratos e Convênios

CONTRATADO:
 ERICKA ROCHA FERREIRA
 Alfa e Ômega Serviços Terceirizados e Eventos
 Ltda

TESTEMUNHAS:

NOME: Alice Macedo Ferreira
 CPF: 036.891.966-80

NOME: Bruno Minoru Akimoto
 CPF: 718.771.001-10

46/46

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	Conforme
VISTO	minuta aprovada